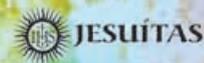


Cadernos Teologia Pública



O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial”

Andrea Grillo

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)
ano XV • número 138 • volume 15 • 2018



**O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje.
Avanços e impasses da “parrésia eclesial”**

***The pontificate of Francisco and the laity in the mission of the Church today.
Advances and impasses of “ecclesial parrésia”***

Resumo

Parece-me que Francisco, exatamente enquanto Papa, teve o mérito histórico de introduzir formalmente – e eu diria plasticamente – um grande paradoxo: para contestar a categoria de “leigo” é suficiente descobrir, reconhecer e admitir, que o papa “não é primariamente um clérigo”. Ou melhor, apesar de ser “clérigo” pela formação e cultura, talvez por causa de sua natureza “religiosa” jesuítica, se comporta, fala, pensa como um “não clérigo”. É por isso que ele é reconhecido “por instinto” pelos “não clérigos” e é frequentemente mal compreendido – talvez também aqui por instinto ou autodefesa – pelos “seus” clérigos. Devo então identificar em que sentido a “missão da Igreja” envolve radicalmente todos os batizados e batizadas. Não porque constituam “o laicato” – que continua sendo uma categoria sociológica com pretensões teológicas –, mas em virtude de seu batismo e de sua comunhão eucarística. No entanto, esta passagem, apesar de estar oficialmente escrita nos textos de Concílio Vaticano 2 (CV2), continua sendo um passo difícil e árduo, pois repousa sobre “estruturas” ainda profundamente “leigas” e “clericalis”.

Palavras-Chave: Papa Francisco; Laicato; Missão da Igreja

Abstract

It seems to me that Francisco, precisely as Pope, had the historical merit of formally introducing - and I would say plastically - a great paradox: to challenge the category of “layman” it is sufficient to discover, acknowledge and admit that the pope “is not primarily a cleric “. Or rather, in spite of being a “clergyman” by formation and culture, perhaps because of his “religious” Jesuitical nature, he behaves, speaks, thinks like a “non cleric”. This is why he is recognized “by instinct” by “non-clergymen” and is often misunderstood - perhaps also here by instinct or self-defense - by “his” clergymen. I must then identify in what sense the “mission of the Church” radically involves all the baptized. Not because they constitute “the laity” - which remains a sociological category with theological pretensions - but because of its baptism and Eucharistic communion. However, this passage, although officially written in the texts of Vatican Council 2 (CV2), remains a difficult and arduous step, since it rests on structures still deeply “lay” and “clerical”.

Keywords: Pope Francisco; Laicato; Mission of the Church

O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial”

Andrea Grillo

Professor do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, de Roma-IT

Tradução: Ramiro Mincato

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *Pedro Gilberto Gomes, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Gerente administrativo: *Jacinto Schneider*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XV – Vol. 15 – Nº 138 – 2018

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PU-CRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, EST-RS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Rafael Francisco Hiller.

Revisão: Carla Bigliardi

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) - . . . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- . . . v.
Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.
Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014).
ISSN 1807-0590
1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública:
Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial”

Andrea Grillo

Professor do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, de Roma- IT

“Toda vez que encontro um clerical, me torno anticlerical.” (Francisco)

“Na verdade, hoje em dia, a exigência prioritária é que todo o Povo de Deus se prepare para empreender, ‘com espírito’, uma nova etapa da evangelização. Isto requer ‘entrar decididamente em um processo de discernimento, purificação e reforma’ ... Esta tarefa enorme e inadiável requer, no nível cultural da formação acadêmica e da investigação científica, compromisso generoso e convergente em prol duma mudança radical de paradigma, ou melhor – permitam-me dizê-lo – para ‘uma corajosa revolução cultural’. A este compromisso, a rede mundial de Universidades e Faculdades eclesiásticas é chamada a prestar o decisivo contributo de fermento, sal e luz do Evangelho de Jesus Cristo e da Tradição viva da Igreja, sempre aberta a novos cenários e novas propostas. ”

(Veritatis Gaudium, 3)

Introdução

Talvez a melhor abordagem para o tema do “laicato” na missão da Igreja, em relação ao pontificado profético de Francisco e à sua tarefa de “mudança de paradigma” e de “revolução cultural”, consiste precisamente em “*renunciar esta categoria*”. A despedida da categoria “leigo” é o cumprimento do caminho iniciado no Concílio Vaticano II, e que há 50 anos se desenvolve, às vezes com velocidade, mais frequentemente com inércia e perigosa amnésia. Na verdade, a categoria “leigo” nasce de uma objetiva e perigosa “*deriva clerical*”: desenvolvido como um “*nomen infamiae*”, foi gerado, ou talvez gerou, a “*societas*” que, sendo “*perfecta*”, era inevitavelmente “*inaequalis*”. Leigo e laicato são termos “ingênuos” que perpetraram na Igreja, também na Igreja conciliar e pós-conciliar, a longa e insidiosa sombra das “*societas inaequalis*”. Em nível linguístico, mas também teórico e estrutural, defendem uma Igreja irreformável, definitivamente estabelecida, diríamos sacralmente, sobre a diferença clerical. A primeira reforma da Igreja é abolir definitivamente a palavra “leigos” e “laicato”, permanecendo a “diferença” de funções dentro de uma única “comunidade sacerdotal” (LG 11).

A Igreja tem outra diferença para manter. A diferença que a Igreja deve guardar não é aquela entre leigos e clérigos, mas entre Deus e homem: esta “diferença reconciliada” abre todos os homens e mulheres em Cristo à filiação divina e à fraternidade com o próximo.

Por isso, parece-me que Francisco, exatamente enquanto Papa, teve o mérito histórico de introduzir formalmente – e eu diria plasticamente – um grande paradoxo: para contestar a categoria de “leigo” é suficiente descobrir, reconhecer e admitir, que o papa “não é primariamente um clérigo”. Ou melhor, apesar de ser “clérigo” pela formação e cultura, talvez por causa de sua natureza “religiosa” jesuítica, se comporta, fala, pensa como um “não clérigo”. É por isso que ele é reconhecido “por instinto” pelos “não clérigos” e é frequentemente mal compreendido – talvez também aqui por instinto ou autodefesa – pelos “seus” clérigos.

Devo então identificar em que sentido a “missão da Igreja” envolve radicalmente todos os batizados e batizadas. Não porque constituam “o laicato” – que continua sendo uma categoria sociológica com pretensões teológicas –, mas em virtude de seu batismo e de sua comunhão eucarística. No entanto, esta passagem, apesar de estar oficialmente escrita nos textos de Conci-

lio Vaticano 2 (CV2), continua sendo um passo difícil e árduo, pois repousa sobre “estruturas” ainda profundamente “leigas” e “clericais”.

De fato, é evidente que na Igreja, como existem “clérigos laicizados”, há também “leigos clericalizados”. A este respeito, vou contar uma história curiosa, acontecida comigo, há alguns anos. Estava terminando uma palestra sobre o batismo, vestido mais ou menos como hoje, isto é, sob a ótica clerical, “como um leigo”. No final da conferência um ouvinte veio cumprimentar-me, dizendo concordar comigo, mas, em seguida, fez uma objeção, para ele decisiva, e diz: “Saiba, porém, que sou contra os padres de gravata!” E eu respondi que não tenho nada contra os padres de gravata, e que, naquele caso, ele poderia ficar tranquilo, porque eu não era padre! Ele ficou mal. Eu tinha quebrado seu modelo de “teologia do laicato”.

Além do curioso e saboroso episódio, gostaria de trabalhar aqui dois critérios de “identificação” da “desclericalização” da Igreja. Digo isso porque estou tentando sair das categorias clássicas. Quer dizer: na Igreja somos todos fiéis, e, somente depois, há “ministros” de diferentes graus. Todos devem ser “leigos”, isto é, parte do povo. Se alguém quisesse estar “fora do povo”, cairia em

uma forma não ministerial, mas “clerical” de identidade. Esta reformulação da “laicidade” identifica, com facilidade, um “bestiário clerical”, feito com os clássicos “colarinhos romanos”, mas também “jaquetas e gravatas”, e até mesmo de “ternos e saltos altos”.

Perguntei-me, então, como buscar “critérios” para identificar uma leitura desta “vocação comum”, de todos os batizados, que não seja capturada, imediatamente, pelo “esquema”, de origem medieval e de expansão moderna, de “clero/leigos”. Penso ter encontrado a chave em uma palavra decisiva do pontificado de Francisco. A palavra não é tão óbvia como “periferia” – que também diz algo da comum destinação do povo de Deus em Cristo, que morreu na periferia –, nem como “misericórdia” – que todos indiferentemente devem invocar e oferecer, como filhos mais velhos de um Deus pródigo de amor, nem como “não autorreferencialidade” – que saiu precisamente de um modelo de Igreja identificada não com o povo, mas com os clérigos, não com a igualdade, mas com a desigualdade, não com a fragilidade, mas com a perfeição.

Não vou trabalhar, portanto, sobre estas categorias estruturais. Outros poderão dizer coisas importantes. Prefiro concentrar-me na categoria que já apareceu vá-

rias vezes em “tomadas de posição” de Francisco, mas que também, além das ocorrências, diz uma qualidade profunda, quase uma figura original, reconhecível e comovente. É a categoria de “**parrésia**”. Poderíamos dizer que a missão da Igreja descobre, na parrésia, uma comunhão radical, uma igualdade fundamental, que só depois elabora as diferenças em razão e no âmbito dessa identidade de “iguais”.

1. Mas a parrésia é uma categoria que precisa ser mais elaborada.

Para elaborá-la, deixo-me guiar por um mestre que pode parecer bastante estranho, quase escandaloso: M. Foucault. Nos últimos dois anos de curso no *Collège de France*, ele ocupou-se, em profundidade, exatamente com esta categoria. Estudou-a nas fontes clássicas e, em sua última lição de 1984, estudou-a precisamente na tradição cristã. Parece-me que, no termo parrésia, podemos encontrar a “ponte” unificadora entre o misticismo e a política de Francisco, o cuidado do sujeito e o ascetismo do serviço. Sinceridade, autenticidade, igualdade, liberdade e fraternidade, todas juntas, vêm do termo clássico,

que parece, desse ponto de vista, providencial para fazer uma síntese daquilo que Francisco indica como missão de todos os cristãos. Deve-se acrescentar, no entanto, que Francisco também sabe definir o sentido “negativo” da parrésia! Sem nunca nomeá-la, evidentemente, Francisco retorna seguidamente ao tema do “dizer tudo” e do “falar abertamente”, que toma o nome de “murmuração” e “tagarelice”. Parrésia é, portanto, chave de “abertura” à verdade que estrutura a “sociedade aberta”. Nesta a Igreja deve encontrar sua própria dimensão de profeta e testemunha, sem correr o risco de confundir “dizer tudo” com “tagarelice”.

Quero indicar aqui o esquema do meu breve percurso em três etapas: começo pela consideração do conceito de parrésia no exame de Foucault, com suas implicações subjetivas e objetivas, estruturais e institucionais (§1); aplico, em seguida, essa elaboração à “*mens*” de Francisco, que deseja uma parrésia não apenas virtuosa, mas estrutural, não apenas interior, mas também exterior (§2). Isso deverá permitir reler a “missão da Igreja” como processo pessoal e eclesial, como cuidado de si e caravana de povo, como identidade a ser elaborada e como alteridade a ser protegida e honrada, como liberdade e como fraternidade,

como diferença do outro e como não indiferença ao outro (§3).

2. O retângulo de parrésia a partir de M. Foucault

No centro do relacionamento com Cristo, constitutivo da estrutura eclesial como “comunidade sacerdotal”, há uma “parrésia” que é, simultaneamente, dom gratuito da graça e livre consciência do sujeito. Juntos, e de maneira surpreendentemente não contraditória. Como “polaridade”, cheia de tensão, e não como contradição. Encontramos aqui, na minha opinião, um dos pontos originais e, teoricamente, o mais interessante da “teologia de Francisco”, talvez inspirada pelo pensamento “polar” de Guardini, mas também marcada pela história da América e pela evidência da cultura jesuítica. Neste “pináculo”, alto e audaz, encontramos o ensinamento de Francisco, com tons e gestos novos, que realmente provocam admirável assombro e reconfortante surpresa. Por fim, do ponto mais alto (e mais baixo) da Igreja, da autoridade suprema, que é o máximo serviço, Francisco sabe que pode ser “*magister*” – originariamente o doador de dons –, somente na medida em que se faz “*minis-*

ter” – receptor de dons. Ele sabe que poderá ser “*magis*” somente se ainda conseguir ser “*minus*”.

Nesta tensão, Francisco supera a contradição entre liberdade de Deus e liberdade do homem. Sabe que homens e mulheres livres não são uma ameaça, mas a única possibilidade para a Igreja anunciar a “suprema e inalcançável liberdade de Deus, da sua graça, da sua misericórdia”. Por isso precisamos desconfiar não apenas das formas “aparentes” de liberdade, mas também das formas “vazias ou violentas” de comunhão.

Como podemos, então, pensar a liberdade humana? Senão como “parrésia”, como disponibilidade à verdade, à sinceridade e à autenticidade? Devemos trabalhar este termo, investigar sua estrutura e implicações, sem assumi-lo em seu sentido “retórico” e inevitavelmente superficial. Devemos reconhecer que, para realmente estarmos expostos à “parrésia” – seus encantos e seus perigos –, não podemos permitir seu uso apenas retórico.

Quem estudou o termo mais profundamente, com base em textos antigos – pagãos e cristãos –, como dizia, foi sem dúvida Michel Foucault. Ele não é precisamente um “Padre da Igreja”. Mas é um pensador que nos permite entrar corretamente no pensamento de Francisco. Ele dedicou os últimos anos de sua vida (morreu

em 1984, no *Salpêtrière*) ao estudo da “parrésia”, como evidenciado pelas edições dos cursos no *Collège de France* nos anos 1981-1982, 1982-1983 e 1983-1984, respectivamente dedicados aos temas: *A hermenêutica do sujeito*, *O governo de si e dos outros e*, finalmente, *A coragem da verdade*.

Obviamente, não podemos entrar na imensa construção filológica, histórica e teórica desses cursos. Mas quero levantar algumas ideias importantes para entender o que Francisco pensa do ser “cristão”, sem usar o “*nomen infamiae*” de leigo: aquele que vive livremente a filiação em relação ao Pai e a fraternidade em relação a Cristo e aos seus irmãos na Igreja.

Foucault, em uma passagem memorável de seu segundo texto, apresenta uma síntese preciosa que chama de “retângulo da parrésia”. Penso seja útil seguir-lho brevemente nesta exposição das quatro cimeiras do retângulo, que apresenta nestes termos:

Primeiro vértice do retângulo: democracia, igualdade de todos os cidadãos;

Segundo vértice do retângulo: o jogo da superioridade, do ascendente, da autoridade;

Terceiro vértice do retângulo: o dizer-a-verdade, a referência à verdade;

Quarto vértice do retângulo: o conflito e a coragem do conflito.

Assim, Foucault pode sintetizar a estrutura com essas palavras, que cito literalmente:

“*Condição formal*: a democracia. *Condição de fato*: o ascendente e a superioridade de alguns. *Condição da verdade*: a necessidade de um *logos* razoável. Finalmente *condição moral*: a coragem, a coragem na luta. Parrésia, creio eu, consiste neste retângulo com a cimeira constitucional, a cimeira do jogo político, a cimeira da verdade e o vértice da coragem”¹.

Quando li pela primeira vez esse texto admirável, imediatamente pensei: eis um critério extraordinário para uma hermenêutica profunda de Francisco diante da vida cristã. Seu pedido de “parrésia” pode ser interpretado de maneira não simplista somente se for colocado à altura e na profundidade desse retângulo: onde condição formal e material, condição objetiva e subjetiva se entrelaçam admiravelmente.

¹ FOUCAULT, Michel. *Il governo di sé e degli altri*: Corso al Collège de France (1982-1983). Milano: Feltrinelli, 2009, p. 169.

3. O quadrilátero da tradução da tradição

Para que haja “parrésia”, portanto, não se pode pensar simplisticamente em “virtudes do sujeito”, ou, talvez, na “extravagância do sujeito sul-americano”! A condição de “parrésia” é constitutiva do “cidadão cristão”. Necessita de “condições complexas” que devem ser honradas na “sociedade aberta”. A Igreja, no interno de uma sociedade aberta, é desafiada a honrar todas as quatro condições, para estar “sujeita à verdade”.

Não é por acaso, de fato, que o discurso de Foucault sobre a parrésia é precedido pela análise – como sempre aguda e esclarecedora – do famoso escrito kantiano sobre o Iluminismo, que prevê a “saída do estado de minoridade”. Também a Igreja, para Francisco, deve emergir do estado de minoridade, que é a sua “autorreferencialidade”. Foucault, com o estudo da palavra parrésia, nos permite descobrir que a “sociedade aberta” tem uma relação com a parrésia, mas que essa relação tem uma natureza complexa. Por isso representa um formidável critério para reler o magistério de Francisco, que quer “traduzir” a tradição católica em uma sociedade aberta. Francisco sabe que, embora com uma série de erros e de desvarios, a sociedade efetivamente deixou o “estado

de minoridade”. A partir de *Gaudium et Spes* esta “saída” não é mais identificável com o “pecado original da modernidade”. Pois, com a *Dignitati Humanae*, fomos capazes de reconhecer até mesmo a liberdade de consciência como parte da revelação cristã. Portanto, para falar a tal sociedade, a Igreja não pode mais se disfarçar nas vestes da “*societas perfecta*” e da “*societas inaequalis*”. Por esta razão, pode tornar-se “sincera” – ser ainda capaz de “parrésia” – somente sob as condições especificadas pelo “retângulo” apresentado por Foucault. Examinemos brevemente o “retângulo” da parrésia eclesial:

a) A condição formal da parrésia: a Reforma da Igreja. A saída de uma sociedade fechada e a construção de uma sociedade aberta tem sido, há 200 anos, uma grande provocação para a Igreja. A Igreja tinha “aprendido a caminhar” nas formas da administração, jurisdição e exercício de autoridade típicas do “*ancien regime*”. A Reforma da Igreja é hoje, principalmente, o reconhecimento de uma “complexidade da autoridade”, que requer “procedimentos complexos”, para não negar a abordagem da realidade que a “liberdade de consciência” introduziu nos últimos 200 anos na experiência do mundo e da própria Igreja.

b) A condição política da parrésia: Palavra e sacramento como “*auctoritates*” e como “*ascendentes*”. A diferença, eclesialmente, está sempre “aquém” e “além” dos sujeitos implicados. A gestão dos “fatos eclesiais” deve ganhar transparência e elasticidade onde o centro esteja sempre, repito, antes e depois, *citra* e *ultra*, nunca “em si”. A Igreja “para o outro”, não “para si”, é também, inevitavelmente, uma “teoria de política eclesial”.

c) A condição da verdade da parrésia: a insuficiência da doutrina e da disciplina. Toda a doutrina e toda a disciplina nos “acompanham” para a verdade, que reside na “experiência do Mistério” e na “experiência dos homens”. “A exposição à verdade” é o princípio da fidelidade e do rigor, mas impõe uma inquietude, uma incompletude e uma imaginação sempre vivas.

d) A condição moral da parrésia: conflito e coragem do testemunho. A parrésia nunca é uma condição “garantida”. Sempre precisa de um ato de coragem, entrar em conflito, uma luta necessária ao testemunho. A coragem do confronto, e também de conflito, permite maior abertura e autêntica exposição à verdade.

4. O Povo de Deus e uma Igreja que redescobre “ter autoridade”

O que tentei ilustrar, e que será exemplificado, não é livre de obstáculos. **Desafios** não faltam. Cada um desses “vértices” do retângulo encontrou e ainda encontra resistências e dificuldades. Tentaremos descobrir com qual dificuldade nós, com Francisco, lutamos para sair do pântano. Gostaria de fazer isso, a partir de um “evento não eclesial”, como o ano de 68, em relação ao qual a Igreja reagiu e se posicionou profeticamente, mas ficou traumatizada, elaborou reações de fechamento e blindagem muito arriscadas, que hoje aparecem, finalmente, em crise.

Estamos 50 anos depois de 68. Para entender o que aconteceu no mundo e na Igreja, a partir de 1968, gostaria de começar com as palavras de um caro colega americano, o falecido abade e prof. Patrick Regan. Ele tinha vindo dos EUA a Paris para estudar liturgia, precisamente no ano de 1968. Testemunhou os primeiros “movimentos” do 68 parisiense, com o espanto e a maravilha de um americano que vivia, naquele mesmo ano, o assassinato de Martin Luther King. A primeira coisa que 68 nos trouxe foi a progressiva e paralela globali-

zação e diferenciação de culturas. E, de fato, no centro do 68 emerge uma experiência de “liberdade”, que, resumida em uma linha, é muito parecida com o dogma trinitário, aplicado, porém, a cada homem: “todos são iguais e cada um é diferente”. Esta é também, de forma muito sintética, e certamente não sem problemas, uma espécie de carteira de identidade do que chamamos de “sociedade aberta”. A sociedade é “aberta” – e não mais fechada – se todos podem ser “incondicionalmente” eles mesmos. Este é o sonho. A autoridade da liberdade torna-se máxima, enquanto a liberdade da autoridade torna-se mínima. Aqui está o ponto de partida de uma sociedade complexa, diferenciada e secularizada.

Apesar de sua história dos séculos XIX e XX, a Igreja Católica conseguiu, de alguma forma, antecipar-se a 68. Entre os anos de 59-65, sob o estímulo potente antes das profecias brilhantes de João XXIII, e, depois, das narrações inspiradas no Concílio Vaticano II, introduzia em sua própria disciplina e, possivelmente, ainda mais, na própria doutrina uma “perspectiva inédita”. O Concílio Vaticano II, de fato, não é primordialmente um ato de “reforma”, mas é a percepção e a expressão de uma forma mais elementar e mais radical de Deus e do homem, de Cristo e da Igreja, da verdade e da caridade.

4.1. O Concílio como uma “experiência do mistério”

Se lermos os textos do Concílio Vaticano II, especialmente as quatro Constituições, mas também os Decretos e Declarações, encontraremos que o centro está no surgimento de uma nova experiência do mistério de Deus. O Concílio, renunciando a “formular novos dogmas” ou a “condenar novos abusos”, converteu-se de magistério negativo em magistério positivo, e “narrou” o mistério do Deus de Jesus Cristo na experiência do culto, na relação com a Palavra, na estrutura da comunidade eclesial e na Igreja que vive em relação com o mundo. As Constituições conciliares, utilizando uma linguagem mais adequada, renunciavam “definir” e preferem “re-contar” quatro pontos de partida, em sua diversidade e inesgotabilidade. A “natureza pastoral” que caracteriza o Vaticano é precisamente esta: descobrir que o acesso à “substância da antiga doutrina do depósito da fé” pode ocorrer na “reformulação dos seus revestimentos”, e que essa diferença intransponível não é um limite, mas uma virtude da tradição. Esta diferença se abre necessariamente às “reformas” em cada uma dessas áreas. Reforma litúrgica, reforma na relação com a Palavra, reforma na

estruturação da experiência eclesial e reforma na relação com o mundo.

4.2. O Concílio como “necessidade de reforma”

Como é evidente, em cada uma dessas quatro áreas, em sua comunalidade de fonte, mas também nas suas diferenças de formas, desenvolveu-se um processo de reforma que conheceu fases alternadas de tensões complexas. Certamente a liturgia foi a mais rápida em propor seu rosto renovado, onde a valorização da igualdade e da diferença dos sujeitos eclesiais pode finalmente ser concretizada. É preciso refletir mais sobre a “lógica da reforma”, sobre o impacto que trouxeram não somente as quatro Constituições individuais, mas também o Decreto *Dignitatis Humanae*, com o reconhecimento da ‘liberdade de consciência’, como patrimônio comum não só de toda a cristandade, catolicismo incluso, mas de toda a humanidade. Pensar que “partir da consciência do sujeito” seja, antes de tudo, um risco, é a herança de uma falta de reflexão sobre o Concílio Vaticano II e das suas inegáveis relações com a elaboração da experiência também eclesial no interno de uma sociedade aberta. No momento em que se admite o princípio da liberda-

de de consciência, a sociedade e a Igreja “se abrem”. Isso as torna mais ricas e complexas, mais frágeis e mais audaciosas.

4.3. A grande resistência ao Concílio e o paradoxo da “renúncia à autoridade”

A profecia conciliar estava, como todas as profecias, exposta ao descrédito e à desconfiança. Os profetas da desgraça, evocados no discurso de abertura do Vaticano II, estavam prontos, há 66 anos, para o chamado às armas e a organização da resistência. Fantasmas antimodernistas, interesses de imobilidade, alianças com os interesses mais baixos tiveram, por longos períodos, uma forte influência. Nunca interromperam totalmente o processo de reforma, mas a abrandaram, esvaziaram e insultaram. Como se reformar significasse trair. O “módulo” mais afortunado dessa resistência foi desenvolvido entre os anos 80 do século passado e o décimo do nosso século. É um módulo virado de cabeça para baixo, em comparação com a famosa “fantasia de poder” dos anos 68. Pretende uma Igreja cujo poder seja totalmente desprovido de fantasia. Pelo contrário, onde o poder negue-se

a si mesmo e impeça qualquer autoridade e, portanto, qualquer reforma possível. A única coisa reformada foi o Código de Direito Canônico, para que a reforma se tornasse impossível. Durante três décadas, todas as questões foram tratadas com reserva: somente os antigos, os medievais e os modernos tinham autoridade. Nós, não. A Igreja foi vítima de um modelo invertido comparado com o de 68: talvez tenha ficado marcada, queimada, traumatizada. E para não admitir a positividade presente naquele modelo que a colocou em crise, assumiu um que a mortificou radicalmente. À ingenuidade mundana de um poder sem mediação, como sonhado pelos ideais de 68, se contrapôs a pretensão de uma mediação sem autoridade, que paralisou todas as instâncias de reforma, chegando, no final, a deslegitimar fortemente o próprio início conciliar.

4.4. O retorno ao Concílio e o relançamento do “exercício da autoridade”

Com a chegada do Papa Francisco, vários fatos mudaram estruturalmente. Por um lado, um papa não europeu não tem o complexo da superioridade da autoridade sobre a liberdade e, por isso, pode fi-

car mais livre em relação aos acontecimentos eclesiais pós-68. Por outro lado, Francisco tem uma relação genealogicamente diferente com o Concílio. Enquanto seus antecessores – todos eles, desde João XXIII a Bento XVI – tinham sido “padres conciliares” e, em seguida, tinham contra o Concílio todas as apreensões razoáveis que os pais têm em relação aos filhos (talvez desregrados, talvez degenerados), Francisco é o primeiro papa “filho do Concílio”. Isso por causa de dados elementares relativos à sua biografia eclesial: J. M. Bergoglio tornou-se padre no ano seguinte a 68, quatro anos após o encerramento do Concílio. Isso permitiu-lhe “ficar de fora” de qualquer senso de responsabilidade para com o Concílio, que para ele é o ar que sempre respirou, desde os anos de sua formação. Esta condição favorável relançou a “autoridade eclesial”, que agora não se paralisa diante da história, mas entra em diálogo e em escuta da vida dos batizados, e procura traduzir a tradição em maneiras novas: no que diz respeito à evangelização, no cuidado da criação, da família, das formas ministeriais, estamos diante de um “começo do começo”, que extrai o projeto conciliar do freezer e reconfigura possibilidades, necessidades e urgências. É um começo.

4.5. A reforma da igreja, 50 anos depois

A “Igreja imóvel” foi o ideal de todo antimodernismo eclesial. Há aqueles que, como Marco Marzano, mostram, mesmo com argumentos não desprezíveis, que isso não é uma escolha, mas quase um “destino” da Igreja Católica, mesmo sob Francisco. Parece-me, no entanto, que alguns sinais decisivos mostram como a reconsideração da tradição recomeçou. E, para fazê-lo, colocou em jogo a natureza “participativa” da liturgia, a verdade “comunional” da Igreja, a “magnificante narrativa” da Palavra e a preciosa relação com o mundo, como um lugar onde o Espírito fala e deve ser ouvido. A raiz de toda reforma, que certamente envolve processos delicados de transformação institucional, consiste nessa nova transcrição da experiência da fé. A condição da “sociedade aberta” pode ser considerada não apenas um dano, mas uma oportunidade para a Igreja, somente se algumas novas evidências, amadurecidas a partir de 1968, também penetrarem na consciência da estrutura eclesial. Se, como é repetido, Francisco não pode ser considerado um liberal, mas sim um radical, é porque ele declina o Evangelho e interpreta a autoridade episcopal com uma noção de

liberdade e com uma paixão pelo outro, que aprendeu a partir das fantasias de 68. Caso contrário, sem o 68, como poderia ter dito ao Colégio dos Escritores da *Civiltà Cattolica*, que as três características fundamentais do teólogo daquela revista deviam ser: inquietação, incompletude e imaginação? Para falar assim, para permitir tal parrésia, ele deve ter considerado o 68 não apenas como um perigo ou como uma perversão, mas também como uma oportunidade para o crescimento, e como um *kairòs* para a tradição eclesial.

Também com base nessas últimas palavras, para repensar a raiz do “povo de Deus”, que é a Igreja, devemos renunciar ao termo “Leigo-laicato”. Leigo é uma terminologia burocrática eclesial, dependente de uma leitura sociológica inadequada, que projeta irreparavelmente uma perspectiva clerical sobre a Igreja. Eu não sou um “leigo”. Eu sou um homem, um cidadão e um cristão. Para fazer entrar esta terminologia básica na Igreja devemos relançar e revigorar aquela saudável inquietude, aquela sábia incompletude e aquela férvida imaginação com a qual sempre a história de homens e mulheres progrediu, quando souberam reconhecer que a graça de Deus quer sua liberdade e eles puderam ver claramente, em sua liberdade, o rosto de um Deus

cheio de misericórdia. Na insistente proclamação de um tal Deus, Francisco, como cristão comum, realiza a

superação do “laicato” e contribui ao reconhecimento do povo de Deus como “*societas aequalis*”.

Cadernos Teologia Pública

- N. 1 *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Kohnings, SJ
- N. 2 *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 *Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- N. 22 *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- N. 23 *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 24 *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier

- N. 32 *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
- N. 49 *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 *"Ite, missa est!": A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraud, SJ
- N. 51 *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elisabeth A. Johnson
- N. 52 *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 *Igreja Introversa: Dossiê sobre o Motu Proprio "Summorum Pontificum"* – Andrea Grillo
- N. 57 *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elisabeth A. Johnson
- N. 58 *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
- N. 60 *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislano Nóbrega de Lima
- N. 70 *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haight

- N. 75 *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan
- N. 76 *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
- N. 81 *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
- N. 82 *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
- N. 83 *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho
- N. 84 *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”* – Renato Ferreira Machado
- N. 85 *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
- N. 86 *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* – Peter C. Phan
- N. 87 *O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25* – André Wénin
- N. 88 *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* – Adam Kotsko
- N. 89 *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39* – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 *A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer* – John W. O’Malley
- N. 91 *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa* – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek* – Adam Kotsko
- N. 93 *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo
- N. 94 *Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco* – John O’Malley
- N. 95 *“Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente* – Massimo Faggioli
- N. 96 *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém* – Aspectos epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald
- N. 97 *500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas* – Vitor Westhelle
- N. 98 *O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo* – Gilles Routhier
- N. 99 *Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori
- N. 100 *O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da Gaudium et Spes* – Afonso Murad
- N. 101 *Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo* – Elias Wolff
- N. 102 *A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II* – Flávio Martinez de Oliveira
- N. 103 *O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje!* – Emerson Sbardelotti Tavares
- N. 104 *A exortação apostólica Evangelii Gaudium: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II* – Christoph Theobald
- N. 105 *Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer* – Ney Brasil Pereira
- N. 106 *Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja* – Rejane Maria Dias de Castro Bins

- N. 107 *O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia* – Antonio Manzatto
- N. 108 *Morte como descanso eterno* – Luís Inacio João Stadelmann
- N. 109 *Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica* – Guillermo Kerber
- N. 110 *A Encíclica Laudato Si' e os animais* - Gilmar Zampieri
- N. 111 *O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de Dignitatis Humanae e Amoris Laetitia* – Andrea Grillo
- N. 112 *O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco* – Christoph Theobald
- N. 113 *Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos* – Roberto E. Zwetsch
- N. 114 *Laudato Si', o pensamento de Morin e a complexidade da realidade* – Giuseppe Fumarco
- N. 115 *A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 116 *A Igreja em um contexto de "Reforma digital": rumo a um sensus fidelium digitalis?* Moisés Sbardelotto
- N. 117 *Laudato Si' e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência?* – Gaël Giraud e Philippe Orliange
- N. 118 *Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas* – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi
- N. 119 *A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica* – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow
- N. 120 *Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política* – Amos Yong
- N. 121 *Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída* – Tea Frigerio
- N. 122 *Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental* – Colby Dickinson
- N. 123 *A sensibilidade religiosa de Thoreau* – Edward F. Mooney
- N. 124 *Diáconas na Igreja Maronita* – Phyllis Zagano
- N. 125 *Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben* – Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 126 *Teologalidade das resistências e lutas populares* – Francisco de Aquino Júnior
- N. 127 *A glória como arcano central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão* – Colby Dickinson
- N. 128 *O Princípio Pluralista* – Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 129 *Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética* – Ivone Gebara
- N. 130 *Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben* – Joel Decothé Junior
- N. 131 *A Heterodoxia do Pseudo-Dionísio: hierarquia e burocracia na Teologia Medieval* – Gerson Leite de Moraes e Daniel Nagao Menezes
- N. 132 *O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneos* – Massimo Borghesi
- N. 133 *Os documentos eclesiais pós-sinodais "Familiaris Consortio" de Wojtyla e "Amoris Laetitia" de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial* – José Roque Junges
- N. 134 *A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco* – Massimo Faggioli
- N. 135 *A ética social do Papa Francisco: O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento* – Juan Carlos Scannone S.I.
- N. 136 *Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral* – Todd A. Salzman e Michael G. Lawler
- N. 137 *A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii gaudium* – Paulo Suess



Andrea Grillo. Filósofo e teólogo italiano, leigo, especialista em liturgia e pastoral. Doutor em teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral, de Pádua, é professor do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, de Roma, do Instituto Teológico Marchigiano, de Ancona, e do Instituto de Liturgia Pastoral da Abadia de Santa Giustina, de Pádua. Também é membro da Associação Teológica Italiana e da Associação dos Professores de Liturgia da Itália.

Algumas Publicações do autor

GRILLO, Andrea. Participação ativa: o verdadeiro propósito da reforma litúrgica. **Revista Pistis e Praxis**, Curitiba, v4, n.2, p441-461,2012

_____. Beyond Pius V: Conflicting Interpretations of the Liturgical Reform”, **Liturgical Press**, Collegeville 2013, 126 pp, 2014

Outras contribuições

GRILLO, Andrea. Revolução perdida? As reformas e o Espírito. Artigo publicado por **IHU on-Line**, em 10 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580712>

_____. Papa Francisco, o filho do Concílio que se tornou um homem livre. Entrevista especial publicada por **IHU on-Line**, em 29 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/580378>

_____. Mistérios ordenados para as mulheres. Entrevista publicada por **IHU on-Line**, em 18 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580002>

_____. A Amoris laetitia é um jantar de casamento. Artigo publicado por **IHU on-Line**, em 30 de março de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/566281>

_____. A sineta na consagração e a transubstanciação. Artigo publicado por **IHU on-Line**, em 08 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573421>

_____. O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae e Amoris Laetitia*. In: **Cadernos Teologia Pública**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, ano 13, n. 111, 2016.

